

## As desventuras da crítica imanente

Resenha de: De Caux, Luiz Philipe. *A Imanência da Crítica. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana*. Edições Loyola, 2021

Amaro Fleck

amarofleck@hotmail.com

(Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v27i2p87-98>

Grande parte do debate e da recepção nacional da teoria crítica, e da obra de Theodor W. Adorno em especial, ao menos nos departamentos de Filosofia, ocorreu em torno das críticas de Jürgen Habermas à obra adorniana feitas no início dos anos 1980. Em um primeiro momento discutiu-se se tais críticas eram ou não pertinentes, e, a partir da resposta positiva ou negativa a esta questão, tendia-se a considerar uma ou outra como a versão mais adequada para servir de base ou inspiração de uma teoria crítica do presente com pretensões tanto mundiais quanto paroquiais. O pano de fundo era o declínio do regime ditatorial e o retorno da democracia no plano local, assim como o contraste disto com a ascensão das políticas neoliberais e com o desmantelo dos mecanismos de bem-estar social em um plano global marcado pela ausência da alternativa socialista. O resultado prático é que tanto fazia a posição adotada na querela: com raras exceções, adornianos e habermasianos marchavam juntos nas mesmas passeatas e votavam nos mesmos candidatos. A diferença, talvez, estivesse em certo grau de reserva dos primeiros, quiçá já um pouco descrentes nas promessas emancipatórias presentes nas mobilizações então em curso (daí a pecha de “pessimistas” conferida a eles).

Hoje, se o debate acerca de tal querela já fatigou a todos os concernidos, cabe notar que ele foi crucial para estabelecer leituras distintas da obra adorniana por

aqui. Isto é, em nossas discussões há um elenco de respostas diferentes às objeções de Habermas, ou, em outras palavras, do relativo consenso de que as objeções habermasianas estão mal colocadas segue-se um profundo dissenso acerca dos motivos pelos quais tais objeções são equívocas. Em um elenco provisório e não exaustivo sugiro três grupos de respostas: a primeira busca encontrar na arte ou em uma racionalidade estética ou mimética saídas possíveis ou promessas de saídas para uma situação que, sem isso, seria aporética<sup>1</sup>; a segunda considera a crítica habermasiana pertinente no que se refere à *Dialética do esclarecimento*, mas discorda que ela seja adequada em relação à obra tardia de Adorno, pois o frankfurtiano retomaria tardiamente elementos benjaminianos contidos em sua obra de juventude, algo crucial para sua caracterização da crítica imanente e do materialismo<sup>2</sup>. Luiz Philipe de Caux, no livro *A Imanência da crítica. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana*, recém-publicado (2021), defende uma terceira alternativa: a qual reconhece a aporia da situação social existente, e vê em sua negação teórica e nas objeções habermasianas (e pós-habermasianas) uma tentativa desesperada de achar emancipação no interior do capitalismo. Ademais, esta terceira interpretação vem acompanhada de uma denúncia de “invenção da tradição” no retorno de Habermas a Frankfurt, de modo que as objeções em questão precisam ser vistas como uma estratégia retórica com triplo objetivo: indicar uma proximidade (artificial) com a teoria crítica original; distanciar-se da teoria crítica adorniana e demarcar um novo programa de pesquisa; reivindicar para si o legado da teoria crítica, excluindo outros grupos e abordagens que o disputariam (em especial as “Novas Leituras de Marx” e o ensaísmo de tantos outros estudantes vinculados ao Instituto na década de 60).

Pois bem, o livro de Luiz de Caux tem a virtude de apresentar com grande minúcia a teoria crítica adorniana, assim como a de colocar o debate que marca sua recepção por aqui em novos termos, ao deslocar o centro da discussão das objeções de Habermas a Adorno para o confronto entre formas de compreensão da teoria crítica e para a análise das mudanças semânticas operadas em conceitos centrais no interior de uma teoria crítica que se tornou cada vez mais tradicional e institucionalizada. Este projeto é levado a cabo por meio de um argumento que parte de uma constatação: a teoria hoje feita no interior e em torno do Instituto

---

1 Cabe mencionar, neste bloco, o livro de Rodrigo Duarte (1993): *Mimesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno*, a tese de doutorado de Franciele Petry (2011): *Além de uma crítica à razão instrumental*, e o livro de Vladimir Safatle (2019): *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*.

2 Tal interpretação é encontrada no livro de Marcos Nobre (1998): *A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso*, assim como na tese de doutorado de Eduardo S. N. Silva (2006): *Filosofia e arte em Theodor W. Adorno: a categoria de constelação*, e na resenha da *Dialética Negativa* feita por Luciano Gatti (2009).

de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, capitaneada por pesquisadores outrora orientados por Axel Honneth, deixou de analisar criticamente o mundo para fazer uma teoria sobre teorias, ou melhor, para lidar com seus próprios pressupostos metodológicos, operando um giro para dentro de si. Isto leva de Caux a apresentar três obras representativas desta teoria *da* crítica atual (Robin Celikates, Titus Stahl e Rahel Jaeggi), para então retroceder a obra de Axel Honneth, mostrando como elas de certa forma resultam dos impasses de uma nova forma de compreensão do sentido de crítica imanente que surge entre Honneth e Habermas. Isto, por sua vez, provoca mais um retorno, agora à obra de Adorno, para contrastar com outra compreensão de crítica imanente. A conclusão que se segue é que a crítica imanente, supostamente o ponto de coesão de teorias tão distintas, é tão somente um rótulo comum dado a procedimentos com pouca ou nenhuma semelhança entre si. Mas vejamos tudo isto com mais vagar.

### Uma teoria tradicional da crítica

O primeiro capítulo de *A Imanência da Crítica* tem por objeto três autores que orbitam o Instituto de Pesquisa Social nos dias de hoje, Robin Celikates, Titus Stahl e Rahel Jaeggi. Os três foram estudantes de Axel Honneth (e/ou orientados por ele) e por esta razão são chamados, muitas vezes, de “quarta geração” da teoria crítica. De Caux se interessa por suas teorias por motivos meramente instrumentais. De acordo com ele, eles representam o final de um processo de exaustão da teoria crítica frankfurtiana. Trata-se de, em suas palavras:

um movimento de progressivo abandono da efetiva crítica da teoria em geral e dos objetos por ela apreendidos não somente em direção a uma “dissolução das fronteiras entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, mas, ainda, em direção à *tomada da própria crítica e de suas possíveis figuras como objetos de teorização*. ... Se o fechamento autorreferencial (o que é distinto da autorreflexão) puder ser tomado como índice do esgotamento de uma tradição de pensamento, então parece que por fim se chega, na década de 2010, ao último capítulo do processo de exaustão da teoria crítica frankfurtiana, ou ao menos daquela que é assim reconhecida em função de sua situação institucional (de Caux, 2021, p. 24-5).

A teoria da crítica de Celikates privilegia a análise do lugar de fala do crítico, isto é, busca examinar qual a relação ideal entre o teórico e o destinatário da crítica ou concernido por ela. Ele almeja superar uma espécie de antinomia entre dois modelos antagônicos: o da “simetria”, em que o teórico não possui qualquer vantagem epistêmica sobre os demais concernidos, e o da “ruptura”, em que o teórico é portador de um conhecimento que está bloqueado aos agentes ordinários. Ainda

de acordo com Celikates, ambos os modelos são ruins e precisam ser rejeitados: o da simetria por ser incapaz de ser crítico, o da ruptura por tratar os concernidos como “idiotas desprovidos de juízo” e mantê-los em uma espécie de menoridade por meio de atitudes autoritárias, paternalistas e esnobes do teórico. A alternativa é oferecer uma espécie de meio-termo, em que o teórico precisa fazer uma crítica que os destinatários reconheçam como algo que eles próprios poderiam ter feito. Mas para tanto é preciso um desvio a mais: o teórico crítico não poderia criticar situações de primeira ordem, como injustiças e opressões, mas tão somente “patologias de segunda ordem”, isto é, os obstáculos que impedem os próprios indivíduos de refletirem sobre sua situação e criticá-la. De Caux não apenas lamenta a esterilidade de uma teoria que abandona a pretensão de criticar diretamente os males sociais como observa que o próprio projeto de Celikates é malsucedido na medida em que confunde, em sua rejeição ao modelo de ruptura, o fato social objetivo com a autocompreensão dos agentes (e que não subestima a segunda quando ela não coincide com a primeira), assim como por se comprometer com uma ontologia social que não consegue lidar com determinações sociais objetivas, alheias às subjetividades dos agentes.

Titus Stahl, por sua vez, almeja fazer uma teoria da crítica que consiga justificar de um novo modo a ideia de crítica imanente (e cabe ressaltar: não criticar a sociedade, não oferecer uma crítica justificada da sociedade, mas sim justificar a própria ideia de crítica imanente) a partir de uma teoria das práticas. Sua investigação trata das condições de possibilidade da crítica imanente em geral, descolada de qualquer reflexão sobre as condições históricas, sociais e econômicas presentes. Crítica é, para ele, aplicação de normas. Assim, seu trabalho consiste em explicitar a natureza das normas sociais, sejam elas postuladas, implícitas ou imanentes; e a partir disto vincular tais normas a formas possíveis de crítica social, as quais podem ser críticas “expressivas”, feitas a partir de normas implícitas, críticas de contradições ou ainda críticas da reificação. Mas Stahl tampouco é bem-sucedido em seu intento: ele fixa as normas implícitas como ancoradouro da crítica, mas ele próprio reconhece que nem toda norma implícita reconhecida é efetiva, e com isso entra em uma regressão infinita em que por trás de uma norma sempre há outra norma, e isto resulta em puro decisionismo, de modo que ao fim caberia ao crítico “tomar partido pelo bem” (seja ele qual for).

O caso de Rahel Jaeggi é um pouco distinto. A autora busca oferecer uma “teoria crítica da crítica das formas de vida”, tendo por alvo o abstencionismo ético dos liberais em seus debates com os comunitaristas (mas evitando endossar o comunitarismo). Sua intenção é mostrar que a crítica, no interior de determinadas formas de vida, pode apontar para a solução de problemas de mau funcionamento

das normas. Neste sentido, seu projeto teórico vai além da autotematização estéril de Celikates e Stahl, mas ainda assim comunga de um mesmo horizonte de uma “teoria das práticas” e de uma “ontologia social” que evita, a todo custo, reconhecer a presença de uma totalidade ou de contradições centrais. O problema é que a própria autora reconhece que a sociedade civil-burguesa não apenas institui as normas, mas gera o descumprimento destas mesmas normas. Ademais, há uma subordinação das formas de vida não contraditórias àquelas contraditórias (às quais as primeiras precisam se adaptar). O resultado é uma tensão entre uma ontologia social pragmática, em que o conceito consegue apontar para a solução do problema de mau funcionamento, e uma ontologia social dialética, em que o conceito é parte do próprio mau funcionamento em questão.

O ponto de Luiz de Caux em sua longa digressão sobre o estágio atual das teorias feitas em torno do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt é o de apontar para o esgotamento da teoria crítica por conta de um processo de ensimesmamento ou autorreferencialidade, no qual a teoria crítica deixa de criticar o mundo para voltar-se para si própria, investigando suas próprias condições de possibilidade, suas metodologias, suas práticas ideais. Ao rechaçarem os modelos de ruptura, de críticas externas ou feitas a partir de outros procedimentos “problemáticos”, os autores atuais não percebem que:

os autores da teoria crítica clássica não começaram por pensar uma nova teoria da crítica, que estabelecesse os seus casos válidos e inválidos, mas pensaram a crítica como crítica da teoria, que faz da crítica dos resultados das ciências particulares uma crítica das relações apreendidas por esses resultados (de Caux, 2021, p. 52).

O passo seguinte da argumentação é o de retroceder ao ponto em que a tradição frankfurtiana se volta para dentro de si. Na opinião do autor, é Habermas quem, no final dos anos 1960 e começo dos 1970, teria colocado as condições para tanto ao priorizar a fundamentação normativa da crítica, mas é Honneth quem erige as próprias normas como o objeto da teoria. Por isso o capítulo seguinte é dedicado à obra honnethiana.

### **A crítica imanente positiva de Honneth**

O mote da obra honnethiana é, de acordo com de Caux, uma tentativa de conciliar dois procedimentos inconciliáveis: a reconstrução normativa habermasiana e a crítica imanente positiva jovem-hegeliana (que Honneth toma como a crítica imanente em geral, como se fosse este o modelo marxiano ou adorniano). O problema é que o próprio Habermas desenvolve o modelo de reconstrução normativa a partir

de uma constatação da caducidade da crítica da ideologia (justamente a crítica imanente jovem hegeliana por excelência). A partir de um diagnóstico pollockiano de estabilização social e de primazia do político sobre o econômico, Habermas teria considerado que a reprodução social capitalista se tornou imune a crises econômicas, de modo que a partir de então (início da década de 1970) as crises seriam apenas ou sobretudo crises de legitimação. Nesta situação, Habermas considera que a ideologia se blinda de antemão contra qualquer forma de crítica, de forma que a reflexão ainda possível é a reconstrução das condições de possibilidade dos objetos. Neste caso, a atividade crítica só pode ser feita posteriormente a partir de enunciados abstratos e fixos (“a crítica ainda possível, para Habermas, é transcendente: apela às condições purificadas de comunicação livre de interferência sistêmica a fim de projetar a resistência ou a interferência comunicativa no mundo apartado do sistema” (p. 261)). Honneth, no entanto, não compra tal diagnóstico, cujo engano seria decorrente da compreensão do conflito social a partir do primado da luta de classes. Assim ele entende tanto a crítica frankfurtiana como a crítica habermasiana como estágios deficitários que devem ser superados, mas também conservados. Seu projeto, portanto, busca conciliar a reconstrução normativa, compreendida como a reconstrução das normas já vigentes, implícita ou explicitamente, nas relações de reconhecimento, com a crítica imanente, entendida a partir do contraste entre as normas em funcionamento no interior da sociedade e sua efetivação ainda parcial (de modo que a crítica consiste sempre em reclamar uma maior efetivação destas normas já em funcionamento).

O ponto é que um tal projeto é conservador de cabo a rabo: “para Honneth as normas já vigentes são racionais, e a terapia contra o sofrimento é imersão na eticidade local, o que também poderia ser chamado de adaptação, ajustamento ou conformação” (p. 117-8). E o conservadorismo de Honneth é uma consequência de sua concepção de crítica imanente: “um modelo de crítica ‘imanente’ não dialético como o de Honneth, situado ainda aquém do de Hegel por nem mesmo mediar seu caráter afirmativo com um momento de negatividade, precisa, portanto, *a fortiori* pôr-se ao lado da conservação do existente” (p. 271). E aqui precisamente entra o cerne da tese de Luiz Philipe de Caux: o contraste entre uma forma de crítica imanente que colabora com o mundo existente, tornando-o imune à crítica na medida em que, por meio de pequenas reformas, aproxima a prática existente do discurso de legitimação (procedimento este que é chamada ao longo do trabalho de “crítica imanente positiva”, de “crítica da ideologia” ou ainda de “crítica imanente jovem-hegeliana”), presente em Honneth (mas eventualmente também em Horkheimer e no próprio Hegel), em relação a outra forma de crítica imanente que busca transcender

o mundo existente, transformá-lo radicalmente, e que vai buscar rechaçar tanto as práticas existentes quanto o discurso legitimador, os conceitos ou normas em funcionamento, modelo este presente na obra de Adorno (mas também em Marx, notadamente em sua fase tardia, e que é chamado por de Caux como “crítica imanente negativa”).

De Caux apresenta o modelo reconstrutivo maduro de Honneth (feito a partir das revisões a *Luta por Reconhecimento*) a partir de cinco características gerais: a) *supernormativismo*: ser imanente significa partilhar das normas já instituídas na sociedade em questão; b) *excedente de validade e progresso*: as normas possuem um excedente de validade intrínseco, de modo que elas motivam iniciativas práticas que visam a sua realização cada vez mais ampla, acarretando assim um progresso moral; c) *blindagem contra diagnósticos de tempo*: as análises de situações concretas simplesmente não podem indicar retrocessos normativos ou apontar para a irracionalidade do mundo, mas, no máximo, “desenvolvimentos desviantes”; d) *incapacidade explicativa*: se ocorrem processos sociais irracionais, “patologias sociais”, então elas são explicadas por meio da indicação de uma orientação intencional dos indivíduos em questão, e nunca por estruturas sociais não intencionais: “o esquema geral explicativo honnethiano pode ser assim formulado: um processo social avaliado como normativamente incorreto ocorre porque os próprios indivíduos avaliaram mal um estado de coisas de conotação normativa objetiva e não se orientaram de acordo com o que ele prescrevia” (p. 170); e, por fim, e) *rearticulabilidade do social*: ausência de vínculos necessários e materiais nos processos sociais e econômicos, de modo que tudo pode ser experimentalmente rearticulado por meio de uma relação da vontade livre consigo mesma.

Em suma, Honneth não concebe a possibilidade da existência de dinâmicas sociais não intencionais e não controladas (como é o caso, tanto em Adorno quanto em Marx, do modo de produção capitalista), reduzindo e ontologizando os conflitos sociais a demandas por reconhecimento, e reduzindo ainda as próprias demandas por reconhecimento apenas àquelas ancoradas em normas sociais já válidas, ainda quando inefetivas. A imanência da crítica honnethiana veta qualquer possibilidade de transcendência em relação à ordem instituída, uma vez que é incapaz de alterar as próprias normas (em última instância por crer já se ter chegado ao fim da história, isto é, a situação ótima da normatividade). Se a teoria crítica se torna teoria *da* crítica na obra de Stahl, Celikates e Jaeggi, é também porque ela própria já havia se tornado uma teoria *acrítica* ou *não crítica* na obra que os precede.

## A crítica imanente negativa de Adorno

O contraste entre uma crítica imanente positiva e outra negativa não é uma invenção de Luiz Philipe de Caux. Moishe Postone, em *Tempo, trabalho e dominação social* cunhou esta distinção terminológica, mas a ideia já aparece antes no prefácio de *O Homem unidimensional*, de Herbert Marcuse. Postone e de Caux concordam na definição de crítica imanente positiva (nas palavras de Postone, “aquela que critica o que é com base no que também é e, portanto, não aponta realmente para além da totalidade existente” [Postone, 2014, p. 111], ou ainda “oposição entre a realidade daquela sociedade e seus ideais” [idem, p. 110]), mas discordam na caracterização da crítica imanente negativa. Para Postone, é negativa a crítica imanente que “não é desenvolvida com base no que é, mas no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente” (Postone, 2014, p. 111), ou, em outras palavras, uma crítica que parte de um dever ser ancorado em uma possibilidade concreta dado o desenvolvimento técnico dos meios de produção (se há alimentos em abundância, é absurdo que se passe fome; se há a possibilidade de se trabalhar apenas poucas horas por semana para sobreviver com conforto, então é absurdo ter que labutar por quarenta ou mais horas semanais etc.). Marcuse vai um pouco além, deixando claro que a teoria crítica parte de juízos de valor, da tentativa de “melhorar a vida humana”, de usar os recursos disponíveis de modo a garantir o “desenvolvimento e satisfação mais favoráveis das necessidades e faculdades do indivíduo com o mínimo de labuta e miséria” (Marcuse, 2015, p. 32).

Já de Caux com razão denuncia certo ranço habermasiano (mais precisamente: a necessidade de se explicitar os pressupostos normativos) presente na obra de Postone, visível sobretudo na parte de seu livro dedicado a Adorno e Horkheimer, mas também na própria formulação de seu projeto de reformulação da teoria crítica<sup>3</sup>. Para de Caux, mesmo a explicitação da crítica imanente negativa já consiste em trazer o debate para o campo normativo (uma espécie de terreno amaldiçoado fácil de se entrar, mas quase impossível de se sair, e dentro do qual a crítica mesmo, a crítica do objeto, pertence apenas a um futuro sempre a ser postergado). De Caux discorda, portanto, tanto da leitura que Postone faz de Adorno (de que o autor

---

3 “Ele [Postone] não recusa, portanto, a ideia de que a crítica possua um ponto de vista. Deve-se entender, todavia, que a ideia de que uma específica possibilidade *fundamenta* a crítica da economia política é antes de Postone do que de Marx. Um tal problema, o de como a crítica pode prestar contas sobre seu direito de criticar, não é, por óbvio, sequer aventado por Marx. Trata-se de uma tentativa de Postone de responder a um problema que paira nas discussões de seu próprio tempo (de fato, vindas de Habermas). A possibilidade imanente ao capitalismo de sua própria transcendência é um desenlace da crítica da economia política, e não ponto de vista ou critério da crítica.” (de Caux, 2021, p. 400)

frankfurtiano faria uma crítica imanente positiva), quanto da caracterização de que a crítica imanente negativa deva ser baseada no hiato entre o que é o que poderia ser. Para ele, a crítica imanente negativa, precisamente aquela desenvolvida por Adorno mas já presente na obra tardia de Marx, consiste na capacidade de criticar tanto o conceito ou norma quanto a prática social concomitantemente, apontando para os vínculos necessários entre um e outro, para como o conceito contribui com a coisa, e a coisa com o conceito, de forma que qualquer ancoradouro ou fundamento se revela como tentativa de preservar o existente. Assim a crítica imanente negativa não assume nem o ponto de vista do hiato entre conceito e coisa, nem o do hiato entre o que é e o que se tornou possível: ela simplesmente recusa qualquer ponto de vista, buscando tão somente acompanhar seu objeto com a esperança de que sua crítica correta consiga transformá-lo. A recusa da fundamentação, do ancoradouro ou do ponto de vista implica na não-separação da autorreflexão crítica e da crítica do objeto. Assim como é impossível aprender a nadar sem se atirar na água, não há como refletir acerca da crítica imanente sem examinar o objeto que está sendo criticado.

E qual o objeto em questão? O mundo falso. Ou, especificando um pouco mais, outro mundo falso, pois o mundo falso criticado por Adorno não é o nosso mundo falso (afinal, Adorno escreve sua obra tardia no auge do capitalismo administrado, e nós estamos em estágio avançado de desintegração das sociedades capitalistas). Cabe destacar a tese de que “a crítica imanente só se torna *conceito*, em Adorno, porque perde sua obviedade e se torna também *problema filosófico*, e é Adorno quem percebe, formula e reflete sobre esse problema que emerge historicamente” (p. 450). Em outras palavras: a reflexão sobre a crítica imanente decorre precisamente da dificuldade de praticá-la. Na medida em que o caminho para a emancipação se encontra bloqueado, que não há mais uma práxis libertadora possível, então o pensamento é obrigado a se deter nas razões dessa impossibilidade. E aqui não se trata de algo inscrito na gênese da razão, mas de uma articulação momentânea do capitalismo pós-liberal que consegue abafar as crises econômicas, reforçar os vínculos de integração social e reprimir as manifestações de insatisfação e desgosto, isto tudo resulta em uma paralisação da dialética, sem, contudo, abolir as contradições que a geram e a movimentam. O mundo segue contraditório, segue estruturado de forma antinômica, o capitalismo segue tendendo a crises cada vez maiores e caminha para sua própria abolição, mas tudo isto se encontrava em suspensão no mundo administrado do pós-guerra.

## Os limites da crítica da mais nova ideologia alemã

Encerro com a elaboração de três observações à guisa de objeções ao argumento de Luiz Philipe de Caux. A primeira diz respeito a certa “normafobia”; a segunda ao estatuto do materialismo adorniano e a terceira a esterilidade da crítica de teorias sem objeto.

Ao enfatizar as diferenças entre os projetos teóricos de Adorno e Marx, por um lado, e de Habermas, Honneth e pós-honnethianos, de outro, creio que de Caux por vezes exagera no contraste, criando uma espécie de “inverso simétrico”. Caricaturizando, quase não haveria espaço para posições intermediárias entre os filonormativistas, os fetichistas da norma (no sentido freudiano, de indivíduos obcecados pelo detalhe em detrimento do todo), e a normafobia, os detratores de todo e qualquer resquício de normatividade. Na verdade, o problema sequer está na caracterização dos filonormativistas, mas na caracterização de Adorno e de Marx como contraponto deles. É claro que Marx, por exemplo, rechaça não apenas a prática burguesa, mas também seus ideais. De Caux tem carradas de razão ao enfatizar que a exploração não é criticada com base num ideal de justiça como troca igual, ou de liberdade como possibilidade de escolher para quem se vai vender sua força de trabalho, mas a crítica da economia política não é isenta de qualquer normatividade: Marx afirma que os indivíduos são dominados na sociedade onde reina a produção mercantil, afirma que é ruim viver em um mundo onde as mercadorias se comportam como sujeitos e os humanos como meros suportes dela. A função do crítico não consiste em explicitar o dever ser, em fundamentar o ideal de uma sociedade onde não há dominação, mas tampouco consiste na tentativa de se esquivar de juízos de valor.

O segundo ponto é um desdobramento do primeiro e trata de uma ausência no tratamento da obra adorniana, a saber: o vínculo entre crítica imanente e materialismo. Chama a atenção que termos como “corpo”, “sofrimento” e “dor” não apareçam na seção dedicada a Adorno. Uma obra filosófica é sempre composta por múltiplas camadas, linhas de força, tendências, e de Caux identifica e elabora com primor inédito parte importante da questão. Mas evita adentrar em inúmeras passagens como esta: “O momento corporal anuncia ao conhecimento que o sofrimento não deve ser, que ele deve mudar. ‘A dor diz: pereça’. Por isso o especificamente materialista converge com aquilo que é crítico, com a práxis socialmente transformadora.” (Adorno, 2009, p. 173). Passagens como esta possibilitam uma outra resposta ao sentido da crítica imanente em Adorno: a de que qualquer fundamentação normativa racional é no fundo um fetichismo da razão, pois a razão é um instrumento para abolir o sofrimento, e não um fim em si mesma. Não se trata de um ponto de vista,

nem de habitar o hiato, seja entre conceito e coisa, seja entre o que é e o que se tornou possível, mas de uma espécie de moral negativa: não sabemos o que é o bem, mas sabemos como é o mal: ele é sofrimento. (E Adorno formula isto em tom de imperativo, ao falar de como a sociedade *deveria* se organizar: “uma tal organização teria o seu *telos* na negação do sofrimento físico ainda do último de seus membros e nas formas de reflexão intrínsecas a esse sofrimento” [Adorno, 2009, p. 174]).

Por fim, se Luiz Philipe de Caux é bem-sucedido no contraste que traça entre os três momentos da pesquisa feita no Instituto de Pesquisa Social, o mesmo não pode ser dito de sua pretensão de fazer da crítica da teoria uma crítica do mundo que ela teoriza. Partilho com o autor cuja obra comento de um mesmo *marxímetro* a indicar o caminho ainda possível, ainda aberto, para a crítica social. Isto é, compartilhamos a percepção de que a obra tardia de Marx, notadamente sua crítica da economia política, é ainda o modelo mais bem acabado de crítica social. Em *O Capital* Marx oferece uma análise crítica do discurso econômico mais bem elaborado de sua época, mostrando seus limites e deficiências. Mas este não é seu objetivo, é tão somente o procedimento por meio do qual ele ilumina seu objeto e o apreende com mais exatidão. É o próprio modo capitalista de produção que Marx tem por alvo ao longo de suas críticas a Smith, Ricardo e tantos outros.

Mas o que de Caux tem por alvo ao criticar Jaeggi, Stahl e Celikates? Ora, os projetos teóricos destes autores abandonaram o objetivo de compreensão crítica do mundo para priorizar o exame de seus próprios pressupostos metodológicos, e da crítica de teorias que teorizam a si próprias não pode sair crítica social alguma. (Talvez esta, ao fim, seja a mais cruel das objeções a tais teorias: o problema delas não é nem serem falsas ou erradas, mas serem até mesmo imprestáveis para crítica). Daí que a semelhança de sua obra não é com *O Capital*, e sim com *A ideologia alemã*. Também o jovem Marx dedicou algum fôlego para o combate de teorias sem objeto. A velha ideologia alemã invertia terra e céu, combatia quimeras e vangloriava-se de imensas insignificâncias. A nova ideologia alemã quer um fundamento seguro para uma crítica que não será feita, quer saber qual deve ser a relação entre o teórico crítico e o concernido na situação criticada, quer ser a consciência moral do cientista social (provavelmente desinteressado em tal sermão). Por isso de Caux tem carradas de razão ao espinafrar tais teorias, mas disso resultam apenas alguns mandamentos: não faça teorias sem objeto; seja autorreflexivo, mas não se demore nisto; não queiras definir de antemão qual o procedimento correto para lidar com o objeto; não busques fundações seguras no terreno arenoso de uma sociedade em processo de desintegração. Não é pouco, mas cá fico na espera para que em umas duas décadas ele escreva seu *Capital*.

## Referências

- Adorno, T. W. (2009). *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Caux, L. P. de. (2021). *A imanência da crítica. Os sentidos da crítica na tradição frankfurtiana e pós-frankfurtiana*. São Paulo: Edições Loyola.
- Duarte, R. (1993). *Mimesis e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno*. São Paulo: Edições Loyola.
- Gatti, L. (2009). “Exercícios de pensamento: dialética negativa”. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 85, p. 261-270.
- Marcuse, H. (2015). *O homem unidimensional*. São Paulo: Edipro.
- Nobre, M. (1998). *A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso*. São Paulo: Iluminuras.
- Petry, F. (2011). *Além de uma crítica à razão instrumental*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Postone, M. (2014). *Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo.
- Safatle, V. (2019). *Dar corpo ao impossível: o sentido da dialética a partir de Theodor Adorno*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Silva, E. S. N. (2006). *Filosofia e arte em Theodor W. Adorno: a categoria de constelação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais.

Recebido em: 22.06.2022

Aceito em: 28.07.2022

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

